

PROJETO DE LEI Nº 7.200, DE 2006
(Do Poder Executivo)

EMENDA SUPRESSIVA
(Do Deputado Walter Feldman)

No art. 52 do Projeto, na nova redação proposta ao art. 47 da Lei nº 9.394, suprima-se o § 3º.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta pelo Projeto ao § 3º do art. 47 da LDB não é aceitável. Representa retorno aos tempos autoritários em que o extinto Conselho Federal de Educação definia a frequência mínima exigida dos alunos, o que foi abolido pela atual LDB, em atenção aos princípios constitucionais da "liberdade de concepções pedagógicas" e da "liberdade de aprender". O mínimo de frequência deve ser fixado pela IES, considerando disciplinas e atividades.

Se prevalecer a dicção proposta pelo Projeto, estar-se-á perdendo uma grande oportunidade para flexibilizar o ensino presencial, especialmente quando combinado com novas metodologias de ensino e de acompanhamento da aprendizagem, de um lado, e, de outro, com o desempenho do aluno e sua capacidade de aprender fora da sala de aula e da escola. Por outro lado, a exigência de presença deve se dar por disciplina e de acordo com o professor - sem dúvida o mais legítimo condutor do assunto de acordo com a proposta pedagógica da IES.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2006